ISSN: 2358-8829

ANÁLISE DO PERFIL PROFISSIONAL E DA DINÂMICA OPERACIONAL DO PROGRAMA "RUAS DE LAZER" NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA.

Denise da Silva Rodrigues [1]
Maria Rita Sousa Batista [2]
Diana Silva Gomes [3]
Janaina Pereira da Silva [4]
Leida Domingas Medrado Teixeira [5]
Amanda Ribeiro Miranda [6]

INTRODUÇÃO

O direito ao lazer, assegurado pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º como direito social fundamental, ainda se manifesta de forma bastante desigual no território brasileiro, sobretudo em cidades médias da Amazônia Legal, como Imperatriz (MA). Segunda maior cidade do estado do Maranhão, com mais de 280 mil habitantes, Imperatriz convive com carências históricas de equipamentos e espaços públicos qualificados para a prática do lazer, registrando a concentração dessas áreas em regiões centrais e elitizadas, enquanto os bairros periféricos e o setor rural permanecem desassistidos. É nesse contexto de marcada desigualdade socioespacial que se insere o programa "Ruas de Lazer", implementado pela gestão municipal.

O programa, executado aos domingos no período matutino mediante a interdição temporária de vias públicas para a oferta de atividades recreativas, esportivas e culturais, busca ressignificar o espaço urbano como polo de convivência comunitária e exercício da cidadania. Para além da mera oferta de atividades corporais, a proposta alinha-se à compreensão de Gomes (2014), que concebe o lazer como necessidade humana e dimensão constitutiva da cultura, desvinculando-o da visão funcionalista de mero tempo residual do trabalho. Sob a ótica de Marcellino (1998), o lazer, em sua perspectiva crítica e emancipatória, deve ser apreendido como tempo-espaço de desenvolvimento pessoal e social e de afirmação da cidadania.

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, denisesilva@unitins.br;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, ritasousa@unitins.br
[3] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, dianasilva@unitins.br
[4] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, janainasilva@unitins.br;
[5] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, leidamedrado@unitins.br;
[6] Professora orientadora, Mestre em Educação. Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, amanda.rm@unitins.br;

ISSN: 2358-8829

Investigar as políticas públicas de lazer no âmbito municipal constitui, portanto, uma tarefa científica premente. Conforme aponta Bramante (1998), o lazer não pode ser negligenciado como política de segundo plano ou acessório governamental, mas deve ser assumido como vetor estratégico para a qualidade de vida urbana. A gestão municipal, pela proximidade direta com o cidadão, figura como a principal agente responsável pela democratização do acesso aos bens e serviços de lazer. Contudo, ainda são escassas as investigações empíricas que analisam como esses programas se estruturam, qual o perfil de seus quadros profissionais e quais estratos da população efetivamente os acessam.

Diante dessa problemática, o presente estudo norteia-se pela seguinte questão-problema: como se configuram os aspectos estruturais e organizacionais do programa "Ruas de Lazer" em Imperatriz (MA), enquanto política pública municipal?

Para responder ao problema formulado, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar os aspectos estruturais e organizacionais do programa "Ruas de Lazer" desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Imperatriz (MA). Para alcançar este propósito, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: **a)** realizar um levantamento dos elementos que definem a gestão e a logística operacional do programa; **b)** mapear as modalidades esportivas, recreativas e culturais oferecidas à população; e **c)** identificar o perfil sociodemográfico e de participação dos usuários, sob a ótica dos instrutores e da gestão do programa.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratório-descritiva, com abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa de campo foi realizada no dia 19 de outubro de 2025, durante a 30ª edição do programa.

Os instrumentos de coleta de dados englobaram: **a)** observação *in loco* com registro em diário de campo, focada na estrutura, modalidades e fluxo de participantes; **b)** questionário com 12 questões (abertas e fechadas) aplicado a sete instrutores presentes no evento; e **c)** entrevista semiestruturada realizada com o Gestor Municipal de Esporte e Lazer.

Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística descritiva (frequência percentual), enquanto os qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo. A pesquisa atendeu aos preceitos éticos, garantindo o anonimato de todos os participantes. A escolha pela abordagem mista alinha-se à perspectiva de que os dados métricos e as percepções dos sujeitos "não se excluem, antes se completam para explicar a dinâmica da realidade social" (Minayo, 2014, p. 24).

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do programa investigado exige uma articulação teórica estruturada em três eixos analíticos fundamentais: a concepção do lazer como direito social e necessidade humana fundamental; as diretrizes para a formulação de políticas públicas e gestão municipal do lazer; e a contextualização histórica e espacial dos programas de ocupação de vias públicas, como o *Ruas de Lazer*. Essa tríade conceitual permite tensionar o papel da intervenção pública frente às demandas da classe trabalhadora em Imperatriz (MA), examinando desde a dimensão emancipatória das práticas corporais até a sustentabilidade pedagógica e administrativa do modelo adotado pela gestão municipal.

Superando a visão funcionalista e compensatória que reduz o lazer a mero recurso de recomposição da força de trabalho, este estudo fundamenta-se na perspectiva dialética de Gomes (2014) e Marcellino (2021). Para Gomes (2014), o lazer constitui-se como uma necessidade humana fundamental, caracterizado por sua historicidade e enraizamento cultural, sendo capaz de gerar saberes, identidades e novas formas de sociabilidade. Complementarmente, Camargo (2002) ressalta que, embora o lazer seja fruto da sociedade urbano-industrial, ele deve ser apropriado pelos sujeitos como um tempo-espaço de emancipação, criação e expressão da liberdade.

Em contextos urbanos como o do município de Imperatriz (MA), caracterizado por extensas jornadas de trabalho nos setores do comércio e da agroindústria, o domingo consolida-se, muitas vezes, como o único lapso temporal disponível para a vivência do lazer pela classe trabalhadora. Sob essa ótica, o ato de ressignificar e ocupar o espaço público da rua adquire uma dimensão política, tensionando a lógica mercantil do uso da cidade.

A formulação de políticas públicas não se limita a ações governamentais isoladas; trata-se do desenvolvimento de intervenções intencionais, sistematizadas, dotadas de suporte orçamentário e garantia de continuidade pedagógica e institucional. Contudo, no âmbito do lazer, identificam-se historicamente práticas pontuais, de caráter assistencialista e meramente festivo.

Para a consolidação de uma gestão pública municipal democrática e efetiva no campo do esporte e do lazer, Marcellino (1998) aponta a necessidade de articulação de três eixos fundamentais: **a)** a realização de diagnósticos constantes das demandas comunitárias; **b)** a formação continuada dos quadros profissionais; e **c)** o incentivo à participação popular nos processos de planejamento e deliberação. A opção pela precarização dos vínculos de trabalho (mediante contratos temporários e atuantes *freelancers*), como demonstrado nos dados

ISSN: 2358-8829

empíricos deste estudo, sinaliza um modelo administrativo fragilizado que compromete a retenção da memória institucional e enfraquece os laços afetivos e comunitários entre os mediadores e a população assistida.

No município de Imperatriz (MA), o programa adquire contornos singulares ao ser executado em uma artéria viária de grande fluxo veicular, convertendo temporariamente um espaço de circulação em um polo de convivência comunitária e prática de atividades físicas e recreativas, com acentuada afluência do público infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação in loco evidenciou a oferta de nove modalidades esportivas e recreativas na 30ª edição do programa: futsal, vôlei, basquete, badminton, xadrez, dama, pula-pula, pintura facial e dança. Constatou-se que a amplitude dessa grade é variável e dependente da disponibilidade pontual de instrutores no dia da ação. Nota-se a predominância de modalidades esportivas tradicionais de invasão e quadra, em detrimento de manifestações da cultura corporal locais, tais como jogos e brincadeiras de matriz indígena e afro-brasileira, amplamente constitutivas do patrimônio cultural maranhense.

Quanto ao perfil sociodemográfico dos beneficiários, os relatos dos instrutores indicam a hegemonia de crianças e adolescentes (faixa etária de 0 a 17 anos), com prevalência do sexo masculino (71,1%). Tal distribuição revela dois desafios prementes para a gestão pública: a formulação de estratégias de atratividade voltadas aos públicos feminino e adulto e a implementação de políticas públicas pautadas pela interseccionalidade. Em entrevista, o gestor municipal atribuiu a disparidade de gênero à consolidação histórica de uma cultura esportiva local acentuadamente androcentrada. Essa realidade reflete como o campo esportivo atua no fortalecimento de papéis tradicionais de gênero, visto que "o esporte é um dos campos de produção e reprodução de representações sobre os corpos, em especial no tocante à afirmação da masculinidade hegemônica" (Goellner, 2005, p. 89).

O perfil de qualificação dos quadros operacionais representa um dos achados empíricos mais críticos da pesquisa. Dos sete instrutores investigados, 42,9% possuem apenas a Educação Básica completa e atuam na função de recreadores. Apenas 28,6% detêm graduação em Educação Física, enquanto 28,6% encontram-se em fase de formação acadêmica. Embora a inserção de graduandos sob o prisma da formação em serviço seja positiva, sua atuação autônoma — desprovida da supervisão direta de um profissional habilitado — diverge das diretrizes regulatórias estipuladas pelo Sistema CONFEF/CREF.

ISSN: 2358-8829

Sob a ótica do vínculo empregatício, 71,4% dos instrutores estão submetidos a contratos de trabalho temporários e 14,3% atuam sob regime de diária pontual (freelance), identificando-se apenas um servidor público efetivo (14,3%). Em seu depoimento, o gestor justificou a flexibilização contratual como mecanismo de celeridade administrativa, ainda que tenha admitido a necessidade de provimento via concurso público. A literatura especializada adverte que relações trabalhistas instáveis comprometem diretamente a dimensão educativa da intervenção, pois "a precarização do trabalho docente e a descontinuidade das políticas públicas de esporte e lazer fragilizam a identidade pedagógica e reduzem o esporte a um mero ativismo ou entretenimento passivo" (Bracht, 2019, p. 74).

Adicionalmente, 71,4% dos instrutores declararam a ausência de processos de formação continuada oferecidos pela municipalidade. O planejamento das intervenções ocorre de maneira assistemática e individualizada, sem o suporte de um projeto político-pedagógico unificado, fator que fragiliza a segurança, a padronização e a qualidade das práticas ofertadas.

Não obstante as fragilidades institucionais identificadas, o programa apresenta expressiva legitimidade social junto à comunidade assistida. De acordo com o gestor, a afluência média de público registrou um incremento de 80 para aproximadamente 300 usuários por edição desde o início do programa. Ademais, tramita no Poder Legislativo municipal um Projeto de Lei visando à expansão territorial da iniciativa para os bairros Vila Lobão, Bacuri e para o setor rural do município de Imperatriz (MA), o que ratifica sua capilaridade e impacto comunitário

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa "Ruas de Lazer" vem se consolidando como a principal política pública de lazer no município de Imperatriz (MA), desempenhando um papel expressivo na integração comunitária, na promoção da saúde e na ocupação democrática e ressignificada do espaço urbano. Contudo, para que a iniciativa transcenda a condição de mera política de governo e se consolide como uma política de Estado permanente, torna-se premente a adoção de medidas estruturantes, sobretudo no que diz respeito à regularização do quadro profissional, à institucionalização da formação continuada, e à descentralização territorial e participação popular

Em suma, a efetivação do lazer enquanto direito social exige uma gestão pública altamente qualificada e comprometida. A instituição de "ruas de lazer" configura um importante avanço municipal; todavia, a garantia de ruas com profissionais valorizados, estabilidade institucional

e diretrizes pedagógicas permanentes revela-se condição fundamental para a democratização do acesso ao lazer.

Palavras-chave: Lazer, Direitos, Políticas Públicas, Gestão Municipal.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias da Educação Física e da Educação Física escolar no Brasil**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2019.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Lazer: concepções e significados no âmbito das políticas públicas municipais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visividades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 85-96, abr./jun. 2005.

GOMES, Christianne Luce. **Lazer, política e sociedade**: olhares cruzados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Autores Associados, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.